

RESUMO

Artigo que procura articular as diferentes formas de sobrevivência praticadas pelos moradores do bairro de Mãe Luísa, em Natal/RN, através da análise dos recursos materiais e simbólicos utilizados para melhora da qualidade de vida de sua população. Apoiando-se nas tipologias dialéticas do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, procura “desnaturalizar” a situação de pobreza vivenciada, explicitando a importância das associações voluntárias existentes, das redes de proteção criadas por grupos não-governamentais, das políticas públicas de melhora da infra-estrutura do local e, especialmente, das práticas de geração de renda de seus habitantes e suas relações com outras variáveis, como o sexo e a idade do trabalhador.

Palavras-chave: Pobreza. Sociabilidade. Trabalho.

ABSTRACT

Article that seeks to articulate the different ways of surviving practiced by the residents of the neighborhood of Mãe Luísa, in Natal/RN, through the analyses of the material and symbolical resources used to improve the welfare of their population. Hanging on the dialectics typologies of the German sociologist Ferdinand Tönnies, *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, seeks to denaturalize the situation of poverty they live, highlighting the importance of the existing volunteer associations, of the protection networks created by non-governmental groups, of the public policies of improvement of the local infra-structure and, especially, of the practices of generation of income of their inhabitants and their relations with the other variables, such as gender and age of the worker.

Keywords: Poverty. Sociability. Work.

Este artigo resulta de uma pesquisa cuja metodologia teve por base o pensamento de Ferdinand Tönnies, sociólogo alemão, sobre os conceitos de sociedade e comunidade, identidade individual e identidade coletiva, e a relação dialética entre estas tipologias. Assim, buscou-se antes perceber como se davam

as alternativas para a construção da vida cotidiana dos moradores do bairro Mãe Luísa, em Natal-RN – quer na prática diária de trabalho, educação, saúde, cultura e lazer; quer na construção simbólica do universo dos habitantes – que possibilitam uma vida pobre (dada a renda familiar declarada), porém não carente (visto a estrutura urbana encontrada no local), que detectar quais estratégias de sobrevivência eram mais ou menos comunitárias.

Os dados foram obtidos via aplicação de um questionário na subamostra selecionada a partir do projeto *Sociabilidade Metropolitana: formas e significados das associações contemporâneas*¹, caracterizada por domicílios com em média 7,75 habitantes e renda familiar mensal declarada não superior à R\$400,00. O presente *ensaio* trabalha, a partir do material obtido, com a variável renda e sua relação com outras categorias, tais como: o sexo, a estrutura familiar e a origem da renda individualmente obtida, tanto pelos moradores que contribuem com o orçamento da casa, quanto pelos que não auxiliam na manutenção, embora sustentem os próprios gastos.

Inicialmente, com o intuito de detectar quais as estratégias “inconscientemente” adotadas para garantir a sobrevivência do grupo, isto é, perceber além do discurso do informante, o que ele faz para viver; qual a rede de sociabilidade que lhe garantiria uma eficácia efetiva para a subsistência material, não apenas simbólica para o discurso; optamos por averiguar se a variável *renda familiar* obtida pelo projeto anteriormente citado estava em sintonia com os gastos mensais destas famílias. Para tanto, ao invés de indagarmos novamente sobre o valor dos rendimentos (visto que, dada a proximidade entre as duas pesquisas, haveria uma tendência do informante em repetir a resposta)², iniciamos os questionários formulados indagando sobre o que consideramos ser as despesas fundamentais para manutenção de uma moradia. São elas: os gastos de instalação (aluguel ou prestação de casa própria, taxas de IPTU e/ou condomínio e consertos na casa), as tarifas públicas (água/esgoto, luz, lixo, telefone e vigilância privada), os gastos com saúde (médicos, dentistas, farmácia, hospitais e medicina popular), com educação e cultura (escolas, livros e material, cursos extras e cinema/teatro etc.), com alimentação e higiene (supermercado, feira livre, açougue e vendedores ambulantes) e, por fim, os gastos com transporte e vestuário (condução, gasolina, transporte escolar, cama mesa e banho e roupas pessoais).

1 Projeto de pesquisa realizado no bairro sob a coordenação do professor Dr. Orlando Pinto de Miranda entre os anos de 1998/2002.

2 Sobre a fidelidade e a validade dos dados de um levantamento ver Campbell e Katona (1974).

A fim de obter informações mais condizentes com a realidade, as despesas questionadas foram sempre em referência aos gastos do mês anterior, evitando assim, seja que o entrevistado tivesse que pensar em termos de médias, seja que utilizasse “crenças” familiares em substituição aos dados mais concretos. Além disso, buscou-se descobrir se haviam feito compras à prestação nos últimos três meses e se havia contas pendentes, de qualquer espécie. É com os dados assim obtidos que iniciaremos a discussão presente.

Numa perspectiva mais ampla da estrutura das despesas das famílias em Mãe Luísa, chamou-nos a atenção o fato de quase metade dos gastos mensais (44,6%) serem destinados à alimentação, portanto, aparentemente, apenas à sobrevivência física. Seguem-se as despesas com tarifas públicas, com 16,8% do orçamento familiar. Novamente, são gastos indispensáveis para que se tenha o mínimo de qualidade de vida num ambiente urbano. Os quarenta por cento restantes são despendidos com transporte, vestuário, aquisição de bens, educação e cultura, saúde e gastos com instalações, nesta ordem de importância, como se demonstra, no Gráfico 1:

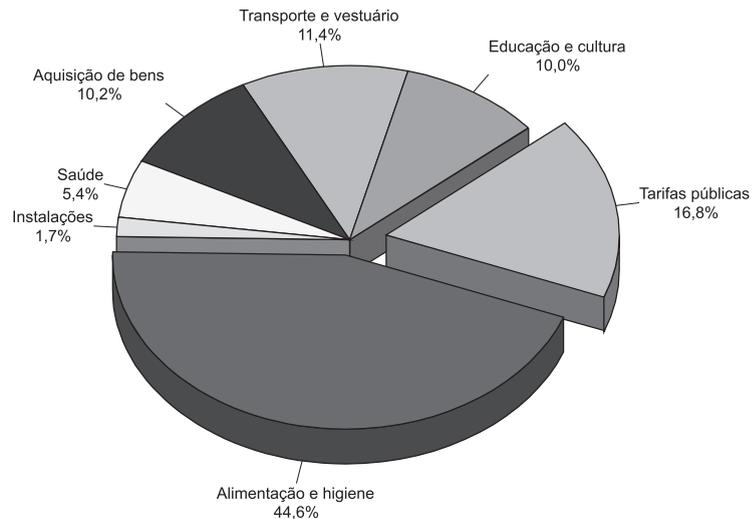


Gráfico 1 - Distribuição das despesas conforme as áreas

Os gastos com a moradia representam pequena porcentagem do total: a manutenção ou reforma das casas, salvo ao se tratar de consertos de pequena monta, apresentaram-se como possibilitadas por uma poupança as vezes bastante longa³, tornando difícil relacioná-las ao critério de renda mensal. O aluguel, outro item eventualmente oneroso, não tem grande expressão, pois que as casas são, no bairro estudado, em sua maioria absoluta, propriedade particular do residente ou de parente não morador. Restaria ainda o pagamento obrigatório (anual ou mensal) do Imposto Predial de Tarifas Urbanas (IPTU), mas, pelo espaço ocupado, parte das residências são isentas, e as outras, os moradores simplesmente não pagam, ignorando as cobranças da Prefeitura. Assim, os contribuintes constituem pequena minoria.

Nos restantes 37% destinados as áreas que não se referem diretamente à viabilização física da vida, há um equilíbrio entre aquisição de novos bens (10,2%), transporte e vestuário (11,4%), e educação e cultura (10%), com o percentual se reduzindo à metade (5,4%) na área da saúde. Despesas com a saúde, aliás, resumem-se à compra de remédios quando não obtidos gratuitamente de órgãos públicos e/ou assistenciais, dos quais os habitantes locais também dependem para acesso a exames, consultas médicas e tratamentos necessários. Os valores em dinheiro da estrutura das despesas e as médias mensais gastas conforme a área por família aparecem na Tabela 1:

Tabela 1 - Estrutura das despesas familiares mensais em reais (R\$)

Estrutura das despesas	Total das despesas (R\$)	Média das despesas/família (R\$)
Gastos com a moradia	341,00	6,69
Tarifas Públicas	3319,00	65,08
Saúde	1060,00	20,78
Educação e Saúde	2280,00	44,71
Alimentação e Higiene	8522,00	167,10
Transporte e Vestuário	2253,00	44,18
Aquisição de Bens	2014,00	39,49
Total das despesas	19789,00	388,03

3 Foram detectados gastos com consertos em oito domicílios pesquisados; tendo sido gastos os seguintes valores em reais: R\$50,00, R\$ 90,00, R\$ 150,00, R\$ 250,00, R\$ 300,00, R\$1000, R\$ 1000,00 e R\$ 4000,00.

Supomos ser oportuno analisar as despesas verificando como se comportam em cada área particular; quer devido a alguns casos excepcionais, quer devido a casos modais representativos da população em estudo. Invertendo a questão, pode-se, portanto, pensar no número de famílias que não tem nenhuma parte da renda familiar destinada a uma determinada área. Vejamos como fica a representação gráfica da distribuição dos percentuais segundo este enfoque (Gráfico 2):

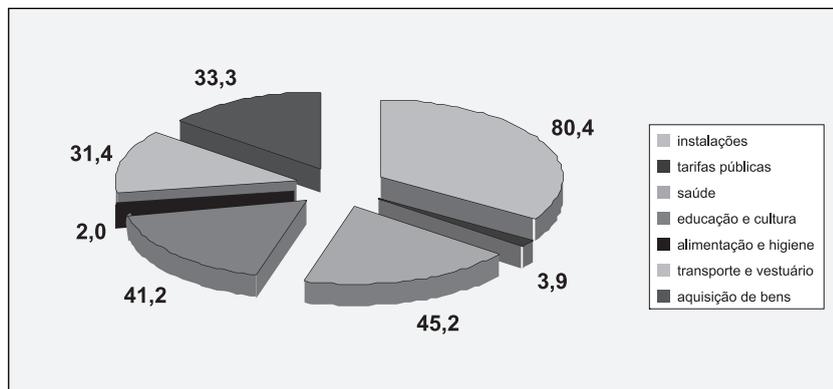


Gráfico 2 - Número de famílias por áreas de Gasto Zero no mês anterior

No que se refere aos custos da moradia, quarenta e uma famílias declararam-se sem gastos no mês anterior. O restante pagou o IPTU ou realizou algum conserto na casa naquele período. Registrou-se apenas um caso de aluguel: um casal com cinco filhos que vive em domicílio alugado há seis anos no bairro.

As tarifas públicas resumem-se essencialmente a água e energia elétrica e, em poucos casos, ao telefone residencial⁴. Praticamente metade da amostra (vinte e cinco famílias) gasta entre dez e vinte por

4 Durante o período da pesquisa a situação dos telefones residenciais estava em processo de transformação devido à privatização dos serviços no país. Hoje, o número de telefones instalados no bairro deve ser muito mais elevado.

cento da renda familiar com o pagamento de tarifas. Há quatro famílias em que estas consomem mais de quarenta por cento da renda, totalizando um valor maior do que o destinado à alimentação (em três delas o acréscimo deve-se ao custo do telefone. Aliás, de cada cinco famílias que acusam gastos superiores a 30% em tarifas pública, três responsabilizam o telefone). O custo zero assinalado no gráfico refere-se a duas residências com o abastecimento de água e energia suspensos por falta de pagamento as famílias dependendo do auxílio dos vizinhos para suprimento de água e uso de refrigeração.

A população estudada mostrou serem raros os casos em que é preciso gastar parte do orçamento da família com despesas referentes à saúde. A maioria utiliza-se de serviços públicos e, apenas quando o posto de saúde não dispõe do medicamento necessário, gasta em compra de remédios, fato que pode vir a representar até vinte por cento do orçamento. Um único caso aparece como exceção à regra, devido ao debilitado estado de saúde do pai da chefe da família, aposentado de 96 anos de idade, quase quarenta por cento da renda familiar é consumida em tratamento médico.

Fato similar ocorre com o que chamamos de gastos em educação e cultura: vinte famílias declararam não ter nenhum gasto com a área e, na maior parte das vezes, os custos, quando existem, são referentes à compra de livros e material escolar para os filhos. Vejamos os dados: se unirmos as famílias que nada gastam àquelas que gastam no máximo vinte por cento de sua renda familiar com educação e cultura, teremos oitenta e quatro por cento da amostra. Vale ressaltar que despesas com cultura, as quais definimos como idas ao cinema ou a teatros e outros do gênero, sequer apareceram na declaração dos moradores. Os casos em que investem um pouco a mais são resultado de custos de cursos extras. Encontramos alguns estudantes de cursos particulares, tais como: curso de inglês, curso de enfermagem, curso de informática e, o caso de maior investimento proporcionalmente à renda da família, um senhor que investe num curso de vigilantes, cujo custo consome 42% da renda.

Investir na educação como forma de ascensão social é a solução idealizada por alguns moradores que vêem na instrução uma chance de um emprego melhor remunerado que as profissões mais freqüentes do local (domésticas, pedreiros, pintores etc.) ou, até mesmo, como uma saída da situação de desemprego. A fala de uma das entrevistadas, ao responder se achava que a vida tem ficado mais fácil ou mais difícil, pode corroborar o segundo caso. Disse-nos Dona Maria da Guia: – *“Mais difícil. Porque antigamente emprego era mais fácil. E hoje, se exige muito estudo. E o filho do pobre é pior: eles exigem muito”*.

Quanto à compra de alimentos e material de higiene em supermercados, feiras livres, açougues e/ou produtos de vendedores ambulantes, gasta-se entre quarenta e cinquenta por cento da renda mensal familiar (Gráfico 3).

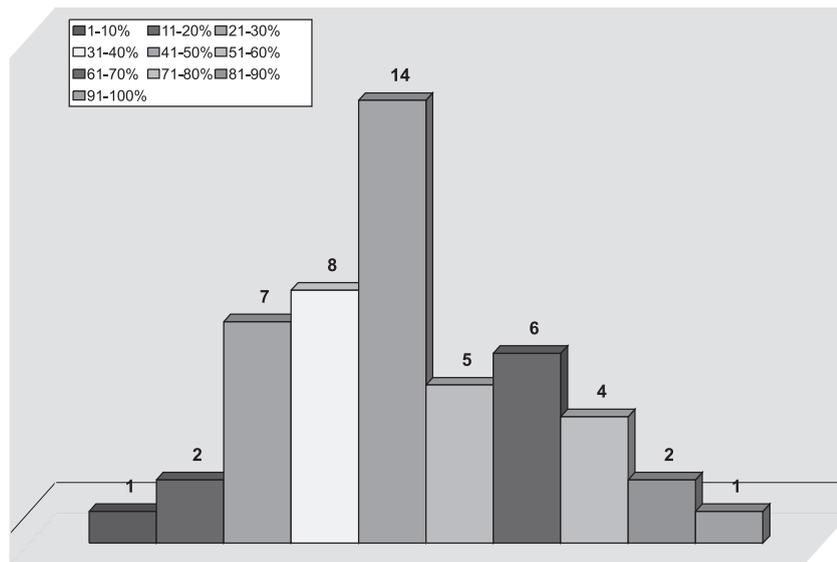


Gráfico 3 – Gastos percentuais das famílias em alimentação e higiene

Se recordarmos que todas as despesas estão inter-relacionadas, não é de surpreender que o caso limite, no qual toda a renda é gasta com alimentos, seja justamente uma das duas famílias que estava com o abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica suspenso. Trata-se de uma família nuclear completa (casal com quatro filhos), e o marido é o único trabalhador remunerado, tendo inclusive que trocar os vales-transporte, que recebe no trabalho, por pão na padaria do bairro.

Indagamos também sobre os possíveis gastos com transporte (ônibus, táxi, transporte escolar ou gasolina para os que possuíssem automóvel) e com roupas de cama, mesa e banho e pessoais. De acordo com o material coletado, pudemos perceber que poucas são as famílias que gastam um percentual representativo da renda com vestuário e transporte. Dezesesseis famílias declararam não ter gasto nada com tais itens (Gráfico 2). Vinte e seis delas não gastaram mais que vinte por cento. De fato, verificamos que, para adquirirem vestimentas, três eram as maneiras usuais: a primeira e mais freqüente era comprá-las apenas no final de cada ano com o décimo terceiro salário; outra, o recebimento de roupas através de doações e, por fim, e não tão raro como perceberemos adiante, adquiri-las em prestações nos grandes

magazines da cidade. O único caso limite verificado aqui é resultado da compra de roupas pessoais na época da pesquisa, tendo sido o valor declarado correspondente à metade da renda familiar descoberta pela entrevista.

Quanto ao transporte, alguns contam com o auxílio do local em que trabalham, outros, devido à localização do Mãe Luísa, conseguem realizar os trajetos diários à pé ou de bicicleta. Fato que justifica as baixas despesas com o item (11,4% da renda familiar) e também o elevado número de famílias que declara não gastar nada para se locomover (dezesseis famílias). As exceções, no caso, são resultado de moradia longe do local empregatício, tendo o trabalhador que arcar com no mínimo duas conduções por dia, recebendo apenas um salário mínimo.

Para encerrar a estrutura das despesas mensais, restava-nos detectar possíveis aquisições de bens, nos últimos três meses, ou alguns bens que ainda estivessem sendo pagos. Descobrimos que, enquanto apenas dezessete famílias não estavam comprando nada desta maneira, 67% afirmava pagar prestação mensal de compra de algo. Os objetos adquiridos são dos mais variados: vão desde panelas, bacias, baldes, redes, roupas, sapatos, cortinas, camas, estantes, fogão, cômodas, guarda-roupas, mesas, cadeiras, colchões, toalhas, lençóis, espelhos, material escolar, portas, até aparelhos de TV, de telefonia celular, de som, motocicleta e tarifa de consórcio de automóvel. A prática mais comum de consumo a prestações é através dos grandes magazines (Esplanada, C&A, Riachuelo etc.), os quais mantêm linhas de crédito para população de baixa renda, que paga uma taxa mensal de acordo com o seu rendimento (de R\$20,00 a R\$30,00 reais em média) e podem adquirir produtos da loja. Assim, estão sempre pagando e consumindo.

Tal financiamento parece ser eficaz, visto que apenas 23% declararam possuir outras dívidas ou ônus familiares⁵ as quais, na minoria dos casos, são resultado de compras pequenas. As contas, em geral, são devido a parcelas altas de televisores e aparelhos de som, compra de automóvel ou motocicleta, videocassete ou taxas de cartão de crédito. A única exceção observada foi uma moradora que está com dívidas na farmácia e na cantina do bairro.

Excluídos os débitos que a família não tem condições de arcar, chamaremos, a partir deste momento, de *renda descoberta* o valor total obtido com gastos do mês anterior das famílias em foco. Trabalharemos de maneira comparativa com as mesmas famílias, de acordo com a *renda declarada* na pesquisa anterior (projeto do prof. Miranda), e com a *renda descoberta*, na atual. Nosso intuito é o de

5 É importante frisar que não estamos considerando como dívida ou ônus familiares os atrasos no pagamento do IPTU, os quais aparecerão no local como uma das formas de economia em bens e serviços, dada a recusa encontrada no pagamento deste imposto.

suscitar um debate sobre a variável renda e as implicações em pesquisas de cunho quantitativo. Atitude que se justifica devido à descoberta de uma estrutura de despesas familiares mensais superior à renda familiar declarada pelo informante anteriormente. Este fato, no mínimo, leva-nos ao questionamento sobre a validade de tal variável, quando coletada através da indagação ao informante sobre o valor da somatória de todos os indivíduos remunerados da residência (tipo de coleta realizada com frequência pelos Censos, Dieese e vários outros institutos de pesquisa).

Vale dizer que o projeto *Sociabilidade metropolitana* fez a sua indagação em painéis sucessivos, ou seja, por duas vezes para a mesma amostra, o que, em teoria, além de garantir uma maior fidelidade aos dados, capta possíveis mudanças no nível de vida da população. Estatisticamente, notamos que o perfil sócio-econômico, assim obtido, permanecia o mesmo: a média da renda familiar, declarada pelas cinquenta e uma famílias aqui estudadas, era de R\$ 245,82. A média da renda familiar descoberta, nesse último levantamento, apresentou um aumento de 64,32% no valor, subindo, desta maneira, para R\$ 403,94, conforme pode ser melhor visualizado pelo Gráfico 4:

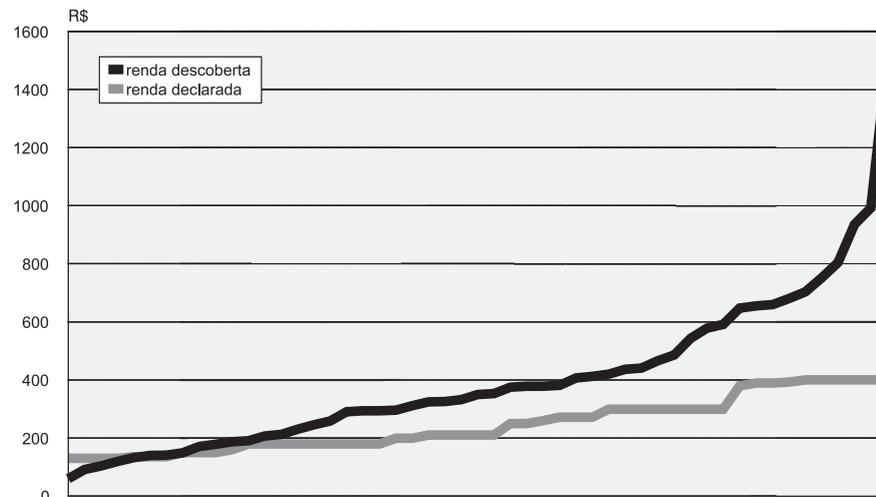


Gráfico 4 – Representação gráfica das variações entre a renda descoberta (total das despesas) e a renda declarada no projeto Sociabilidade Metropolitana

Na realidade, seria preciso uma averiguação mais profunda para se chegar a alguma conclusão final sobre a causa da variação entre o valor declarado e o descoberto. Mas, a priori, com base nos dados coletados sobre as formas de economia de bens e serviços numa outra parte da pesquisa, poderíamos desconfiar que haveria uma tendência consciente de declarar-se mais pobre do que se é de fato devido à dependência de assistência governamental e/ou municipal ou do apoio de instituições filantrópicas para sobrevivência diária das famílias, principalmente no que diz respeito à saúde e educação. Admitido que, como afirma Sposati (1988), no Brasil, para se ter direito à assistência é preciso “provar” que se é miserável. O que deveria ser um direito de qualquer cidadão, torna-se aqui uma espécie de “certificado de incompetência” para reger a própria vida e a de seus familiares. É o que a autora chama de “mérito da necessidade” em referência à natureza perversa da relação entre o pobre e o Estado.

Um dos estudos de caso realizados pode ser elucidativo desta questão do *mérito*. Dona Regina, 34 anos, mora no bairro do Mãe Luíza desde que nasceu e vive com o marido e mais nove crianças (oito filhos e um neto), porém, para o sustento, educação e assistência médica da família depende do apoio do programa SOS da Igreja local, mantido pelo padre do bairro – padre Sabino. Ao nos contar, durante a entrevista, como conheceu o padre e tornou-se uma das beneficiadas pelo programa, disse-nos a informante que foi “denunciada” (termo usado por Dona Regina) por causa de um de seus filhos que vivia doente. Segue parte da entrevista:

Entrevistadora: – *“Parece que o Padre Sabino dá uma ajuda para vocês...”*.

Regina: – *“O padre não é só um padre não, ele é meu pai também. Olhe, o padre, a casa não tinha banheiro, o padre me deu o banheiro. O padre construiu meu banheiro, construiu a porta, me deu a caixa d’água, me deu esse reboco – que não tinha reboco, me deu o piso e deu os estudo pros meus filho – que nem um estudava”*.

Entrevistadora: – *“Aí ele paga o quê? O material escolar”...*

Regina: – *“Não. Eu fui no SOS. Ele mandou. Mandou não, primeiro eu fui denunciada, não foi? (pergunta para alguém na sala) por causa daquele menino que vivia doente. Aí como eu não tinha ninguém por mim eu fui me socorrer dele, porque o menino fazia cocô no quintal e quando a chuva vinha, o cocô entrava para dentro. Toda a bagaceira lá do quintal, entrava para dentro de casa. Então ele tem aquela equipe, então a equipe vinha me visitar pra me orientar nas coisa”*.

Entrevistadora: – *“E como você conheceu o Padre Sabino”?*

Regina: – *“Como eu conheci... deixa eu me lembrar. Foi através ‘dessa menina aí’. Essa menina tava doente, aí elas começaram a andar fazendo visita nas casa – como você chegou agora, fazendo visita*

na casa. Aí ela viu esse menino, essa menina aí doente, aí disseram: - 'Regina, lá na Igreja tem uma casa de criança desnutrido. Então você vai levar Estefânia e Felipe para a escola nutrir eles' -, que era um grupo de crianças desnutridas. Então o Felipe fez seis anos, aí eles deram a festinha de Felipe, fizeram o bolo de Felipe e tudo. Aí agora está a Estefânia. Foi através dos meus menino doente que eu conheci o Sabino".

Entrevistadora: - *"Aí que começou essa ajuda: que vieram na sua casa..."*

Regina: - *"Foi. Aí até o meu nome para uma família ele me deu. E a moça vem deixar assim todos os final de se... de mês, ela vem deixar um quilo de cada coisa para mim, assim: um quilo de feijão, um quilo de arroz, roupas no final do ano, me ajuda bastante".*

Entrevistadora: - *"Todo mês ela deixa uma coisinha"?*

Regina: - *"Todo mês, ela vem deixar uma coisinha para mim".*

Entrevistadora: - *"Bom, então as ajudas que você teve dele no começo foi por causa dela (a filha) que ela estava doente, depois na casa eles ajudaram e agora eles ajudam com um pouco de comida"?*

Regina: - *"Com tudo, tudo, tudo".*

Entrevistadora: - *"E se faltar um dinheiro eles dão alguma coisa também"?*

Regina: - *"Não. Dinheiro eles não me dão não. Eles me dão o alimento. Roupa eles me dão".*

Entrevistadora: - *"No final do ano, né? Tá certo. E como seria sua vida assim sem o padre Sabino? Você acha que seria..."*

Regina: - *"Eu não sei. Acho que era pior, porque o homem que eu moro com ele ganha quanto? Cento e vinte. Numa casa de oito menino, de nove menino, comigo dez, com ele onze. Aí menino você não acha que dá certo um negócio desse: pagar a água, a luz..."*

Entrevistadora: - *"Seria bem difícil".*

Regina: - *"Bem difícil. Eu acho que eu ia continuar a passar necessidade do mesmo jeito que eu passei no tempo da minha mãe".*

De fato, o caso de Regina não foi um dos que apresentou diferenças na renda familiar, porém é elucidativo de como é preciso estar numa situação limite para ser beneficiado por programas de apoio aos mais carentes. Vera da Silva Telles, autora que já há algum tempo está trabalhando com o tema da pobreza no Brasil, possui uma visão bastante interessante sobre o que ela significa. Segundo a autora:

se a pobreza é sinal de uma privação de direitos, o seu significado não se esgota nas evidências da destituição material. A privação material é a contrapartida de uma destituição simbólica que homogeneiza todos na categoria genérica e

desidentificadora do 'pobre'. Por essa via, as situações concretas que criam a destituição material – salários baixos, desemprego e subemprego, bem como a doença, a velhice, a orfandade ou a invalidez – submergem, indiferenciadas, sob as imagens da carência e da impotência que criam as figuras de uma pobreza transformada em natureza e evocam a exigência de um Estado tutelar que deve proteção aos deserdados de sorte (TELLES, 1992, p. 135).

Sendo assim, talvez seja preciso que a figura do “pobre” seja mantida, mesmo que abaixando propositalmente o valor da renda. O que a segunda pesquisa detecta é que, embora não tenham deixado de apresentar um perfil de baixa renda eles saíram da linha da miséria em que se inseriam na primeira. Os gastos detectados fazem com que haja um equilíbrio maior entre o que se podia observar no bairro e o que diziam seus habitantes na primeira pesquisa. O que parece ser o diferenciador entre este e outros locais habitados por populações com renda similar é a maneira *estruturada em rede* em que se encontram: nesta rede insere-se não apenas a marcante presença de projetos e programas municipais para melhora dos serviços urbanos, através do abastecimento de água, energia elétrica e esgoto, asfalto, transporte, escolas e creches públicas, postos de saúde; mas também, os numerosos espaços de associação voluntária existentes: grupos religiosos, clubes de mães, associação dos moradores etc.; fortalecendo as ligações comunitárias entre os moradores. E, ainda, nesta *rede de apoio*, encontramos forte presença de vínculos identitários, regidos por laços de sangue e de amizade.

No tocante à contribuição para as despesas familiares e/ou pessoais, a renda descoberta entre os 395 moradores da amostra selecionada distribuiu-se segundo as freqüências da Tabela 2:

Tabela 2 – Perfil dos moradores segundo contribuição na renda

Freqüência		%	Média
Contribuem com a renda familiar	136	34,4	2,67
Não contribuem, mas têm renda individual	30	7,6	0,59
Total de habitantes que têm renda	166	42,0	3,25
Não possuem renda	229	58,0	4,49
Total de habitantes da amostra	395	100,0	7,75

Lembrando que as residências estudadas possuem em média 7,75 moradores, os 42% dos habitantes que obtêm renda para arcar com as despesas familiares e/ou pessoais, significam que em média 3,25 pessoas conseguem adquirir algum dinheiro no final do mês por casa. No projeto *Sociabilidade Metropolitana* este número era bem menor – 2,4 geradores potenciais de renda por habitação – fato que, não obstante, nos parece de fácil compreensão, dado o tamanho das famílias pesquisadas aqui. A grandeza destas famílias nas camadas mais baixas pode ser representativa do nível de vida em que se encontram havendo uma tendência das famílias nucleares no primeiro ciclo de vida (com filhos pequenos) aparecem nos estratos inferiores devido à necessidade da mulher permanecer em casa para cuidar das crianças, as quais, na maioria das vezes, ainda não trabalham. Além do que, para tais famílias, esta média de geradores de renda ainda é muito mais baixa que a esperada, visto que trinta e sete dos cinqüenta e um entrevistados declararam estar ou ter algum membro da família procurando emprego, porém sem êxito.

Observamos ainda que desses 42% geradores de renda, 7,6% embora a obtenham, não colaboram com as despesas mensais da moradia, sustentando apenas os próprios gastos. A natureza da relação entre os indivíduos que não compartilharão com sua força-de-trabalho para sobrevivência da família parece apontar para uma das conseqüências que a vida em um ambiente urbano pode ocasionar, certo individualismo, não comum em se tratando de unidades domésticas pobres, nas quais a solidariedade entre os membros é de suma importância para manutenção das posses para uso e fruição comuns. Inspirados em Tönnies, poderíamos dizer que estas pessoas são os que agem segundo a vontade regida pela *Kürwille*, são, em sua maioria, jovens em busca de dinheiro que os possibilitem vestir-se de maneira melhor que os vizinhos, ir a locais onde vão jovens de outros bairros menos pobres, enfim, são sujeitos que agem de acordo com a *aspiração* de objetos que a sociedade “de fora” os incita, a todo momento, a consumir (TÖNNIES, 1995)⁶.

Em referência ao trabalho de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo, escreve Telles (1994, p. 85) que

[...] buscar uma maior autonomia que o salário, mesmo pequeno, pode lhes proporcionar, ter acesso a um mundo diferente de sociabilidade, ampliar seus horizontes, escapar da monotonia disciplinada e opressora que a família lhes

6 De acordo com a visão tönnesiana de *Kürwille*, as formas gerais devem ser entendidas como sistemas de pensamento, intenções, objetivos e meios, que o homem carrega na mente, como um instrumento para compreender e lidar com a realidade e, tal sistema é o que o autor denomina de *aspiração* (1995, p. 287)

impõe, são expectativas dos filhos menores em sua busca de um trabalho remunerado.

Contudo, o que queremos deixar claro é que esta vontade dos adolescentes de possuir um status diferenciado é um aspecto da vida societária dos centros urbanos. Devemos, pois, evitar compreender a aspiração apenas como um conflito de gerações, mas também, como um *conflito de vontades*. Enquanto os idosos são uma peça fundamental para o sustento da família devido às aposentadorias, pensões e, em alguns casos, a seu trabalho (ver Tabelas 7 e 8), não havendo nenhum morador nesta faixa etária que, tendo alguma fonte de renda, não contribua; o número de jovens que não colaboram é maior que o dos que contribuem, conforme veremos adiante: são dezessete que não colaboram para onze que o fazem. Porém, embora proporcionalmente inferior, existem pessoas, também na idade adulta que deixam de compartilhar com os gastos: são desta categoria treze adultos. De todo modo, 34,4% dos moradores em questão contribuem com alguma quantia em dinheiro para sobrevivência do grupo familiar.

A análise da origem da renda foi realizada através da formulação das seguintes categorias: os que obtinham renda a partir de recebimento de salário ou alguma outra forma de renda fixa; as pensões, bolsas ou outro tipo de benefício; os que faziam alguma espécie de bico ou serviços eventuais e, também, abriu-se espaço para averiguar, através da fala do informante, a hipótese de mendicância, criminalidade ou prostituição. O resultado encontrado aparece na Tabela 3:

Tabela 3 – Distribuição da frequência relativa dos contribuintes de acordo com a origem da renda

Origem da renda	Frequência	Frequência relativa (%)
Salário ou renda fixa	50	36,8
Pensões, Bolsas ou benefícios	36	26,4
Bicos e eventuais serviços	40	29,4
Mendicância	2	1,5
Mais de uma das alternativas *	2	1,5
Não declarada	6	4,4
Total	136	100,0

Convém ressaltar que não fizemos diferença entre o trabalho formal e o informal, entendido como “posse de carteira de trabalho assinada” ou não; mas diferenciamos os que recebem com garantia salário ao final do mês, dos que vivem de bicos e eventuais serviços, dependendo sempre, portanto, de “arranjar algum para sobreviver”. Optamos por compreender o perfil econômico do bairro pelo conceito de estabilidade, separando, assim, os que podem programar gastos dos que dependem da eventualidade do trabalho: vendedores ambulantes, biscateiros, cabeleireiros, enfim, os que decidiram resolver o problema da carência por conta própria, os chamados comumente de autônomos. Incluem-se nesta categoria, os pedreiros, que só trabalham quando aparece alguma obra específica, e as mulheres que, vez ou outra, fazem uma faxina ou outro serviço eventual para alguém. A diferença percentualmente baixa (7,4%) entre os que obtêm rendimentos via salário ou renda fixa e os que vivem de bicos e serviços eventuais pode ser explicada pela baixa qualificação dos moradores. Notemos que 50% dos 1263 habitantes pesquisados por Miranda não concluíram sequer o 1º grau, além disso, conforme o histórico do bairro, os primeiros habitantes eram pessoas que vinham fugidas da seca do interior nordestino em busca de melhora de vida. E, segundo Durhan (1984), o ajustamento do trabalhador rural à vida urbana está diretamente relacionado à possibilidade de obter rapidamente um modo de ganhar a vida, o que os levam a procurarem ocupações não-industriais devido às próprias qualificações do migrante. Entendendo que o termo qualificação “no seu sentido amplo, consiste na aquisição de padrões culturais que se referem não apenas a novas técnicas, mas, inclusive, a novas normas de relações sociais e de valores que se manifestam como atitudes e motivação para o trabalho” (DURHAN, 1984, p. 147).

Outra constatação que pode ser visualizada na Tabela 3 é o fato de as categorias “criminalidade” e “prostituição” não terem sido citadas como pressuposto de fonte de renda de algum morador, por nenhum dos entrevistados; fato que suscita duas hipóteses possíveis de averiguação: 1) os moradores que se envolvem neste tipo de atividade costumam não participar do orçamento familiar, tendo um perfil mais individualista e gastariam os rendimentos consigo mesmo (lembramos que 30 moradores pesquisados não contribuem com as despesas, embora sustentem os próprios gastos) ou 2) como a atividade exercida por estas pessoas é ilegal e socialmente imoral, as pessoas, embora sejam aceitas pela comunidade em que vivem, não aparecem no discurso formal dos familiares.

Na realidade, acreditamos que as duas alternativas coexistam; afinal o Mãe Luíza, vale dizer, possui certa fama de *bairro perigoso*, local que carrega a representação de bairro violento habitado por marginais. A exemplo de vários outros locais brasileiros habitados por uma população pobre que ficam assim “rotulados”, como é o caso do bairro “Cidade de Deus”, no Rio de Janeiro, estudado por Zaluar (1985), os moradores constroem sua identidade a partir da categoria ora de pobre, ora de trabalhador. Todavia,

parece-nos acertada a interpretação de Miranda⁷, de que a perda da dignidade no trabalho tenha feito com que a mendicância e a prostituição sejam, senão apoiadas, ao menos não discriminadas. Seria o resultado da necessidade da geração de renda fazendo com que surja no bairro uma *moralidade instrumental* vinculada ao objetivo maior da sobrevivência.

Poderíamos somar as devidas diferenças de proporções entre os grandes centros urbanos do país e uma capital nordestina como Natal nos valores que regem as relações sociais praticadas. Heuristicamente seria relevante pensarmos em gradações variadas da relação entre caracteres societários (valores que reforçam a diferença, acentuando a individualidade) e comunitários (valores da ação dirigem-se para a coletividade) de acordo com o histórico de cada localidade. Não estamos tratando aqui de estágios evolutivos, mas sim, de movimentos diferenciados entre a relação dialética, entre a identidade individual e a coletiva, comunidade e sociedade. Isto porque, no caso do Mãe Luíza, uma das características mais marcantes captada pelo inventário do projeto *Sociabilidade Metropolitana* foi a permanência de dois terços das trezentas e onze famílias pesquisadas há mais de vinte anos no bairro. Tal fato traz consigo duas conseqüências imediatas: um laço de vizinhança fortificado (em outras palavras, isso implica no fato de as pessoas se conhecerem, lembrando que isso nem sempre implica em algo positivo, afinal, o “afetivo” implica tanto amor, quanto o ódio) e, por outro lado, significa que os habitantes já estão adaptados ao estilo urbano de vida.

Na prática, desejamos mostrar que, no que se refere à criminalidade, o Mãe Luíza será percebido pelos moradores como dividido entre “os de dentro” e “os de fora”, ou seja, sabe-se que existe a violência e até mesmo quem são os que a praticam, porém, para os habitantes do bairro ela não existe. É fora do bairro que estes membros da comunidade realizam furtos e tráfico de drogas (esta última vendida lá dentro também).

E, diferentemente dos grandes centros, no caso do Mãe Luíza, o “respeito” aos praticantes de delitos se dá menos por temerem represálias que pelo respeito à família do praticante, lá dentro ele (o marginal) é “o filho de fulano de tal”.

A fala de uma moradora do bairro há vinte e três anos pode servir de exemplificação para esta interpretação. Quando indagada sobre a fama de bairro violento, disse-nos Dona Francisca Trindade de 64 anos o seguinte:

7 Interpretação apresentada no Colóquio de Etnopsiquiatria realizado em São Paulo em setembro de 2000 no grupo sobre “Cotidiano e Violência”.

Entrevistadora: – *“Porque Mãe Luíza tem uma fama de ser violento?”*

Francisca: – *“É, sempre quando a gente chega num canto assim que perguntam assim: qual bairro que você mora? Mãe Luíza. Aí o povo fica todo assustado... Se tem violência é lá para o outro lado. A minha rua aqui é difícil acontecer qualquer coisa, e também quando acontece é besteira: é negócio de briga, de tapa, essas coisas”.*

E, ao ouvir a entrevista sendo feita com Dona Francisca, um morador da vizinhança veio participar da discussão e pode esclarecer melhor esta distinção entre “os de dentro” e “os de fora” do bairro:

Morador (nome desconhecido): – *“Então ver qual é a base da coisa. ... Aqui não existe assalto – assalto existe aí por aí, tudo bem, todo canto – mas aqui não existe. Pode fechar a sua porta que ninguém arromba, pode deixar aberta que ninguém entra, isso é verdade. Porque tem um lado, o bairro todo diz respeito a isso aqui, não é; agora têm, têm pessoas que desce para assaltar lá embaixo – que eu não sei quem é e nem me interessa, né? – descer para assaltar. Assalta turistas, pessoas, se você subir aqui, claro você vai ser assaltada, lógico, né? Em todo canto tem isso, né? ... Lá embaixo talvez você seja assaltada. Não to dizendo também que alguém que subir aqui que nem você, o cara vai ver você com dinheiro e talvez assalta você, mas em termos desse bairro, perigoso aqui não é não”.*

Contudo, isto não significa ausência de preocupação em ver um de seus familiares envolvidos com atos ilícitos. Perguntamos a todas as nossas entrevistadas se, com todas as dificuldades, não tinham medo da possibilidade de alguns de sua família virem a “fazer bobagem e acabar metidos com bandidos” e vejamos quais foram as respostas fornecidas (Quadro 1):

Enquanto mais da metade dos respondentes declarou não ter medo, vinte e um mostraram preocupação para com os seus, não descartando a possibilidade de alguns tornarem-se drogados ou bandidos. Interessante perceber que dos que justificaram a ausência de medo, a maioria vê tal postura como resultado da educação que deram aos filhos, dos valores transmitidos: filhos “bem criados”, “controlados” e com “cabeça-feita” que seriam incapazes de práticas ilegais. Já, quando o medo existe, as explicações que encontram são mais variadas: devido ao bairro perigoso, ao envolvimento de parentes com drogas, à ausência de atividades do filho ou, até mesmo, como compreensão destas atitudes devido a situação em que vivem, na qual, “de hora para outra ninguém sabe o pensamento” e “na hora do apanhamento a pessoa pensa nisso”. Mas também aparece o outro lado da percepção, que diríamos, mais “individualista”, quando afirma a entrevistada que “só erra quem quer”.

Quadro 1 – Questão: a senhora tem medo de que com todas as dificuldades, alguns de sua família possam fazer bobagem e acabar metidos com bandidos?

	Justificativa dada (caso haja)
SIM (21)	<p>“Hoje em dia a gente tem medo de tudo”.</p> <p>“Mas tenho fé em Deus”.</p> <p>“Porque tenho um irmão envolvido com drogas”.</p> <p>“Porque depende das companhias”.</p> <p>“Quem é que não têm?”</p> <p>“Até porque é perigoso o local onde moro”.</p> <p>“Aqui no morro é só o que têm!”</p> <p>“Porque a criminalidade aqui é muito alta”.</p> <p>“Tenho do Júnior, porque ele não se ocupa com nada”.</p> <p>“Mas eles que se livrem! Só erra quem quer!”</p> <p>“A pessoa pensa nisso na hora do aperreio”.</p> <p>“Deus me livre para meus filhos nunca...”.</p> <p>“De fazer bobagem...”.</p> <p>“Principalmente de Rafael”.</p> <p>“Demais!”</p> <p>“Porque de hora para outra ninguém sabe o pensamento...”.</p> <p>“Isso pode acontecer com qualquer família”.</p>
NÃO (28)	<p>“De jeito nenhum. Porque foram bem criados”.</p> <p>“Porque todos trabalham”.</p> <p>“Pelo menos os que têm aqui são controlados”.</p> <p>“Ninguém seria capaz disso não”.</p> <p>“Nenhum bebe, nem fuma”.</p> <p>“Pois nossa criação é diferente”.</p> <p>“Tem fé em Deus que não”.</p> <p>“Todos foram muito bem criados”.</p> <p>“Graças a Deus, todos têm cabeça-feita aqui”.</p>

*Um dos entrevistados não soube responder e outro não declarou nada.

Retomando as observações sobre a renda, notamos que os aposentados, segundo pesquisa anterior, eram 10,8% da amostra estudada, nesta, eles aparecem como responsáveis por 26,5% da origem do rendimento familiar. Na realidade, 36 das 51 casas estudadas são de famílias extensas, ou seja, são residências onde moram, no mínimo, três gerações de parentela; o que faz com que o idoso apareça como uma peça importante para manutenção da estrutura doméstica.

Para uma análise mais profunda da origem da renda, convém inserir como variável de controle o sexo do contribuinte, a fim de perceber se ocorrem mudanças significativas entre a forma de obter renda de homens e mulheres. Sabendo-se que sessenta e nove dos cento e trinta e seis contribuintes nas despesas familiares são mulheres, no que se refere aos que vivem de salário ou renda fixa não houve variações que indique diferenciação entre os dois sexos – 35,8% dos que originam a renda da categoria são homens e 37,7% são mulheres. Entretanto, quando classificamos as outras duas categorias principais de renda, a distinção é gritante: os 26,5% originados por pensões, bolsas ou benefícios (Tabela 4) serão, já calculados com base na percentagem total de mulheres e homens que contribuem, 34,8% recebidos por mulheres e apenas 17,9% por homens. Em bicos e eventuais serviços, a diferença percentual aumenta, mas se inverte; aqui, os homens aparecem com uma porcentagem de 40,3%, enquanto as mulheres que recorrem a esta alternativa na busca pela sobrevivência representam 18,8% do total.

Tabela 4 – Origem da renda segundo o sexo do contribuinte

Origem da renda	Homens (percentagem do total)	Mulheres (percentagem do total)
Salário ou renda fixa	35,8	37,7
Pensões, bolsas ou benefícios	17,9	34,8
Bicos e eventuais serviços	40,3	18,8
Mendicância	1,5	1,5
Mais de uma das alternativas	0	2,9
Não declarada	1,5	1,5
Sem resposta	3,0	2,9
Total	100,0	100,0

Todavia, ainda não seria prudente afirmar que a variável *sexo* seja determinante da ocupação principal do contribuinte, afinal, outras podem ser as variáveis que ocasionam tal situação. Para detectar, com maior margem de acerto, se existe uma relação causal direta entre o sexo e a atividade exercida optamos por averiguar a distribuição dos moradores segundo a idade dos mesmos, visto que não seria inócuo supor que as mulheres possam ser mais velhas e, por isso, aposentadas, enquanto os homens, em sua maioria na idade adulta, por precisarem manter a, chamada por Zaluar (1985), *ética do provedor*, estariam buscando a todo custo preservar seu papel no sustento da família por meio de bicos e eventuais serviços. Optamos por dividir a amostra pesquisada em três categorias de faixas etárias; são estas: os jovens, no caso, os habitantes com mais de dez anos de idade até os vinte anos; os adultos, aqueles que, à época da pesquisa, tinham entre vinte e um e cinqüenta e nove anos; e, por fim, os idosos – os com mais sessenta anos de idade. A distribuição da frequência dos contribuintes conforme sexo e idade aparece na Tabela 5:

Tabela 5 - Distribuição da freqüência relativa do sexo e da idade dos contribuintes na renda familiar

Sexo Idade*	Mulheres		Homens		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Jovens	07	10,1	04	6,0	11	8,1
Adultos	41	59,4	50	74,6	91	66,9
Idosos	21	30,4	13	19,4	34	25,0
Total	69	100,0	67	100,0	136	100,0

A análise da Tabela 5 mostra-nos que estatisticamente não há distinções significativas entre homens e mulheres na distribuição das respectivas freqüências por faixa etária. As mulheres aparecem com uma média 44,8 anos, enquanto, os homens têm em média 42,51. A amplitude, ou seja, a diferença entre a idade do morador mais velho para o mais novo desta amostra, também são próximas – 10-86, no caso do sexo feminino e 16-94 para o masculino. Por último, o grau de dispersão dos dados analisado através do cálculo do desvio padrão resulta em 18,85 anos no caso das mulheres e 17,75 no caso dos homens. Sendo assim, podemos apenas afirmar, até o presente momento, que a idade de ambos os sexos dos contribuintes com a renda familiar é percentualmente parecida; resta-nos examiná-la agora como “fator-prova”,

isto é, verificar se, ao introduzir a variável na análise sobre a origem da renda, ocorrerão mudanças significativas. Vejamos, inicialmente, como se comportam os valores quando pensamos na idade dos cento e trinta e seis contribuintes e a origem de sua renda (Tabela 6):

Tabela 6 – Distribuição relativa da freqüência da origem da renda do contribuinte de acordo com a idade do mesmo

Origem da renda Idade		Salário ou Renda Fixa	Bolsas e Pensões	Bicos e Serviços Eventuais	Outros*	Total
Jovens	n	05	03	01	02	11
	(%)	(45,4)	(27,3)	(9,1)	(18,2)	(100,0)
Adultos	n	39	09	37	06	91
	(%)	(42,9)	(9,9)	(40,6)	(6,6)	(100,0)
Idosos	n	06	24	02	02	34
	(%)	(17,6)	(70,6)	(5,9)	(5,9)	(100,0)
Total	n	50	36	40	10	136
	(%)	(36,8)	(26,4)	(29,4)	(7,4)	(100,0)

*As categorias “Mendicância”, “mais de uma das alternativas”, “não declarada” e “sem resposta” que aparecem nas tabelas 2 e 3 foram agrupadas a partir da tabela 5 na categoria “Outros” por serem estatisticamente pouco significativas devido a baixa freqüência que apresentaram; facilitando assim o grau de confiança nos cálculos realizados.

Lembrando que estes são os moradores economicamente ativos (PEA) da subamostra estudada, contribuintes nas despesas da casa, não é de surpreender o fato de noventa e um deles serem adultos; já os 25% de idosos indicam a importância destes na manutenção da vida material das famílias. O baixo percentual de jovens, não parece sinalizar ausência de trabalho entre os mais novos (embora, muitos tenham declarado estar em busca de um emprego), mas, sim, que aqueles outros trinta e seis que possuem renda e não auxiliam nos gastos coletivos são, em esmagadora maioria, jovens.

O importante é perceber que a Tabela 6 mostra que não há dependência entre a origem da renda e a idade do contribuinte⁸ e que a diferenciação entre a ocupação principal, que aparecia nas categorias referentes aos aposentados e pensionistas e os biqueiros, conforme o sexo, desaparece quando substituímos a última variável pela idade do contribuinte. Os resultados aproximam-se bastante da Tabela 2, apresentada no início do texto, em que há uma distribuição similar entre as três primeiras categorias (salário ou renda fixa; pensões, bolsas ou benefícios e bicos e serviços eventuais). Todavia, atentos ao alerta dado por Goode e Hatt (1977, p. 450), de que “a necessidade [...] de conhecer o significado de uma relação leva a fazer muitas outras perguntas que só podem ser respondidas introduzindo-se outras variáveis na análise”, fomos buscar uma conclusão empírica para observar, finalmente, a relação entre o sexo e a ocupação através da visualização dos dados, quando comparados através do sexo, da idade e da origem da renda deste contribuinte, de acordo com as Tabelas 7 e 8:

Guiados pelos dados acima expostos podemos, enfim, indagar se a relação entre homens e mulheres e a forma de obtenção da renda se altera quando o critério são as faixas etárias. Podemos também nos perguntar se a relação entre a origem da renda de ambos os sexos se mantém, reduz ou aumenta quando questionadas as respectivas idades.

Segundo os dados, a maioria absoluta de mulheres, quando jovens, obtém sua renda a partir de salário ou renda fixa, enquanto os jovens do sexo masculino da mesma faixa etária apresentam uma distribuição homogênea de suas ocupações. Enquanto 57,1% das jovens são assalariadas, nenhuma mulher jovem apareceu fazendo “bicos ou eventuais serviços”. Já na idade adulta, a visualização da existência de uma divisão do trabalho de acordo com o sexo do trabalhador aparece de maneira clara: enquanto 50% dos homens adultos realizam as atividades classificadas como “bicos e eventuais serviços”, apenas 29,3% das mulheres da faixa etária realizam tais tarefas. A grande maioria aparece recebendo salário ou renda fixa.

Quanto à possibilidade do número elevado de mulheres aposentadas ou pensionistas ser a consequência de um envelhecimento maior da amostra feminina, tal hipótese não se comprova, pois duas mulheres jovens e oito adultas são beneficiadas por esta origem de renda; resultado de divórcios e da presença de filhos no lado materno após a separação ou do nascimento de um filho assumido pelo parceiro, embora o casal não tenha vida “em comum”.

8 Foram realizados os cálculos estatísticos apropriados e os resultados indicaram a ausência de dependência entre a idade e a origem da renda. Os resultados são: qui-quadrado= 82.53107 d.f.=12 ($p=1.35491e-12$).

Tabela 7 – Distribuição da frequência relativa dos homens de acordo com a origem da renda por faixa etária

Homens					
Origem da renda Idade	Salário ou Renda Fixa	Bolsas e Pensões	Bicos e Serviços Eventuais	Outros	Total
Jovens n	01	01	01	01	04
(%)	(25,0)	(25,0)	(25,0)	(25,0)	(100,0)
(% do total)	(1,5)	(1,5)	(1,5)	(1,5)	(6,0)
Adultos n	21	01	25	03	50
(%)	(42,0)	(2,0)	(50,0)	(6,0)	(100,0)
(% do total)	(31,3)	(1,5)	(37,3)	(4,5)	(75,0)
Idosos n	02	10	01	00	13
(%)	(15,4)	(76,9)	(7,7)	(0)	(100,0)
(% do total)	(3,0)	(14,9)	(1,5)	(0)	(19,0)
Total n	24	12	27	04	67
(%)	(35,8)	(17,9)	(40,3)	(6,0)	(100,0)

Outro dado que confirma a hipótese de que a relação entre a origem da renda e o sexo não é efeito de uma diferenciação etária da amostra, mas sim em decorrência de uma divisão sexual do trabalho, é o fato de que, quando idosos, os homens que obtêm dinheiro pela aposentaria ou pensão são, em proporção ao número de pessoas de cada sexo na faixa de idade, percentualmente maiores que o de mulheres. Eles somam 76,9% dos com mais de sessenta anos, enquanto as mulheres – além de serem o dobro trabalhando com salário ou renda fixa – quando aposentadas, representam dez por cento menos que os homens.

Tabela 8 – Distribuição da frequência relativa das mulheres de acordo com a origem da renda por faixa etária

Mulheres					
Origem da renda Idade	Salário ou Renda Fixa	Bolsas e Pensões	Bicos e Serviços Eventuais	Outros	Total
Jovens n	04	02	00	01	07
(%)	(57,1)	(28,6)	(0)	(14,3)	(100,0)
(% do total)	(5,8)	(2,9)	(0)	(1,4)	(10,1)
Adultos n	18	08	12	03	41
(%)	(43,9)	(19,5)	(29,3)	(7,3)	(100,0)
(% do total)	(26,1)	(11,6)	(17,4)	(4,3)	(59,4)
Idosos n	04	14	01	02	21
(%)	(19,0)	(66,7)	(4,8)	(9,5)	(100,0)
(% do total)	(5,8)	(20,3)	(1,4)	(2,9)	(30,4)
Total n	26	24	13	06	69
(%)	(37,7)	(34,8)	(18,8)	(8,7)	(100,0)

Por fim, para esclarecer que as diferenças ocupacionais em Mãe Luísa são sexuais, a análise das Tabelas 7 e 8 nos mostra que a *moda* das mulheres aparece na idade adulta com a renda originária de salário ou renda fixa (26,1% do total de mulheres) e, no caso oposto, são os homens adultos que realizam bicos e serviços eventuais, os que mais aparecem, totalizando 37,3% dos sessenta e sete dos pesquisados.

Embora seja um trabalho que não visa discernir sobre o mercado de trabalho em si, não vemos como escapar de, ao menos de maneira resumida, refletirmos um pouco sobre o tema, dado que o mundo do trabalho e a esfera doméstica não são dois universos excludentes. De fato, o estudo realizado parece

apontar diretamente para tal observação, visto que a própria escolha da atividade a ser exercida (aqui se encaixam não apenas os que fazem algo para ganhar algum dinheiro, mas também os que podem optar por não fazer nada, ou apenas estudar) está diretamente relacionada com os fatores sociais, simbólicos e culturais vivenciados pelo indivíduo. E, embora a pesquisa tenha sido feita num momento de crise da economia brasileira, o próprio conceito de crise, parece-nos, precisa ser relativizado; pois, o Brasil, no que se refere ao mercado de trabalho, nunca deixou de “estar em crise” num sentido mais amplo.

A visão de Lautier e Pereira (1994) sobre o mercado de trabalho de países como o Brasil pode esclarecer tal pensamento. Dizem os autores que

com efeito, na análise do mercado de trabalho dos países em desenvolvimento, duas coisas são mais particularmente evidentes: por um lado, não se pode identificar um único mercado de trabalho; tanto os mecanismos de circulação quanto os de uso da força de trabalho são múltiplos e determinados por fatores extra-econômicos (parentesco, etnicidade, religião etc.); por outro lado, o nível de regulação institucional do mercado de trabalho é fraco, tanto no que se refere à identificação das qualificações da força de trabalho quanto em relação às suas condições de uso, de remuneração e de proteção social (LAUTIER; PEREIRA, 1994, p.128).

Embora haja estudos sobre mercado, trabalho e cultura sendo realizados por todo o país, a maioria das pesquisas sobre a temática que conseguiu alcançar certo reconhecimento acadêmico foi realizada em grandes centros urbanos da região sudeste⁹, em especial na cidade de São Paulo, a mais industrializada do país, e, sendo assim, teve como objeto de estudo a família operária.

No caso da cidade de Natal, a principal atividade geradora de empregos é o turismo. Na prática, quer dizer que o fato de o número de pessoas que vivem de bicos e eventuais serviços nas camadas mais baixas ser proporcionalmente similar ao número de pessoas que obtêm salário ou renda fixa, não implica que seja o resultado de uma expulsão do mercado de trabalho industrial, como alternativas temporárias,

9 O estudo de Lautier e Pereira (1994) é uma das exceções, pois foram pesquisados trabalhadores e trabalhadoras na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Todavia, os autores acabam por cair numa generalização ainda maior ao tratarem a amostra como representativa do mercado de trabalho não apenas brasileiro, mas da América Latina. No mínimo, tal atitude é questionável.

menos remuneradas e “mal vistas” por seus praticantes, como foi o caso estudado por Hirata e Humphrey (1994) em São Paulo. Mas sim que, naquele contexto específico, tal opção de sobrevivência pode ter, senão mais, o mesmo status de um trabalhador fixo. Excluindo-se os desempregados que estão em busca de algum trabalho (estes sim, representativos do momento vivido pelo país), apenas um dos entrevistados declarou sentir necessidade de um emprego fixo com carteira assinada.

Em outras palavras, queremos apenas esclarecer que, embora a emergência de uma economia informal seja evidente no mundo atual¹⁰, os fatores que ocasionam tal alternativa de geração de renda – o que, por sua vez, leva-nos ao questionamento até mesmo sobre o significado atual do “valor trabalho” (YVES, 1996) – variam de acordo com os contextos específicos em que surgem ou permanecem.

Na realidade, muitos são os temas abordados nas análises aqui presentes, porém o objetivo aqui é mais modesto do que possa parecer. As percepções da origem da renda de famílias de um bairro pobre têm o intuito de trazer ao leitor uma visualização empírica, com base na análise de dados coletados no *survey* aplicado em Mãe Luísa, de como homens e mulheres fazem durante a vida para garantir, não apenas a própria sobrevivência, mas a dos familiares também. Recordando com Bourdieu (1980 apud AGIER, 1990, p. 44) que

o uso que os membros dos grupos domésticos podem fazer, nas suas estratégias de sobrevivência, do seu espaço familiar disponível, constitui-se num conjunto de práticas familiares objetivamente determinadas, não somente pelas necessidades das condições materiais presentes, mas também pelas possibilidades decorrentes de sua posição na estrutura de parentesco.

Ao tratarmos exclusivamente de famílias extensas, além de podermos saber quantos trabalham para sobrevivência doméstica; qual a geração que apresenta maior responsabilidade para manutenção do lar; qual a geração que menos participa das despesas comuns e qual a maneira de adquirir dinheiro praticada pelos moradores do bairro; pudemos perceber que, quando pensamos na relação entre mercado de

10 Uma análise sobre o surgimento do setor informal em âmbito global, i.e., da transformação de uma economia manufatureira para uma economia baseada na prestação de serviços a partir dos anos 80 e que se intensifica durante a década de 90, pode ser vista em Sassen (1996). Diz a autora que “embora se acredite que os setores informais surjam apenas nas cidades do Terceiro Mundo, presenciamos atualmente um rápido crescimento do trabalho informal na maioria das grandes cidades em países altamente desenvolvidos, de Nova York e Los Angeles a Paris e Amsterdã” (SASSEN, 1996, p. 138).

trabalho e esfera doméstica, no caso do Mãe Luísa, numericamente não existem diferenças significativas entre a quantidade de mulheres e de homens que auxiliam nas despesas domésticas; contudo, ainda permanecem distinções quando questionamos “o que fazem para viver”.

A participação da mulher, no caso da mulher pobre, no mercado de trabalho aparece de maneira mais próxima do sentido tradicional do valor trabalho, isto é, do trabalho visto como venda de si para outrem, caracterizado pelo assalariamento. De fato, as mulheres vivem da mercantilização do trabalho que anteriormente faziam apenas em seu lar, ou seja, do trabalho doméstico. São empregadas domésticas ou nos casos em que se consideram mais valorizadas, conseguem o cargo de Assistente de Serviços Gerais (ASG) em algum órgão público ou privado, nada além do que as mesmas ocupações com limpeza e alimentação de outros. Mas, o homem pobre, ao contrário, na maioria das vezes com pouca ou nenhuma qualificação, procura maneiras alternativas de sobrevivência.

O importante, aqui, é ressaltar que um estudo de caso como o realizado pode nos fornecer subsídios importantes para ampliação do discurso teórico e prático sobre a ascensão do mercado informal na economia do mundo de hoje. Ao ultrapassar a questão de causa e efeito entre desemprego e informalidade, evita pensar, como já fizeram alguns, que o mercado informal, em especial o dos biqueiros, seja uma categoria que independe do gênero do praticamente. Complementa a visão da existência de distinções qualitativas no tipo de bico e serviços eventuais praticado por homens e mulheres; para, a partir da averiguação dos contribuintes na renda familiar, perceber que tal tipo de atividade é, ao menos por enquanto, uma opção, predominantemente, masculina de geração de renda.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. O Sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia. **Tempo Social: Revista de Sociologia USP**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 35-60, 2. sem. 1990.

BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: _____. **A Economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 03-25. (Coleção estudos, 20).

CAMPBELL, Angus A.; KATONA, George. Levantamento por amostragem: uma técnica para a pesquisa psicossocial. In: FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel (Org.). **A pesquisa na psicologia social**. Rio de Janeiro: FGV: IBGE, 1974.

DURHAN, Eunice R. **A Caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984. (Coleção debates; 77).

GOODE, W.; HATT, P. R. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1977.

HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. **Revista de Sociologia USP**, v. 4, n. 1/2, 1994.

LAUTIER, Bruno; PEREIRA, Jaime Marques. Representações sociais e construção do mercado de trabalho: empregadas domésticas e operários da construção civil na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, n. 21, p. 125-151, jul./dez. 1994.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. Rio de Janeiro: Studio Nobel, 1996.

SPOSATI, Albaniza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

TELLES, Vera da Silva. A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____. A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 4, n.1/2, p. 53-93, 1994.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade: textos selecionados. In: MIRANDA, Orlando P. de (Org.). **Para Ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p.231-352.

YVES, Schwarz. Trabalho e valor. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 147-158, out. 1996.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.